

**ANEXO III.F – CONDIÇÕES DE TRANSIÇÃO FINAL**

## ÍNDICE

1.	CONCEITOS BÁSICOS .....	3
2.	DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES .....	4
3.	COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO .....	9
4.	RECEBIMENTO .....	11
5.	RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DA COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO.....	12

## **1. CONCEITOS BÁSICOS**

- 1.1. O presente ANEXO estabelece as condições fundamentais para a TRANSIÇÃO FINAL dos SERVIÇOS e BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA pela CONCESSIONÁRIA, também contemplando as diretrizes para sua desmobilização e reversão dos bens reversíveis.
- 1.2. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, que tenham sido transferidos ou disponibilizados, nos termos deste CONTRATO, à CONCESSIONÁRIA, ou por esta construídos, implantados ou adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, independentemente de quaisquer notificações ou formalidades, devendo ser observadas as regras previstas neste ANEXO.
  - 1.2.1. Os softwares, de qualquer natureza, que se revelem necessários à continuidade e ao desempenho do objeto do CONTRATO, e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados para o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO, deverão ter sua licença de uso transferida, sem ônus e em código fechado, ou ao PODER CONCEDENTE, ou à SUCESSORA ao final da CONCESSÃO, por um prazo não inferior a 5 (cinco) anos.
  - 1.2.2. Os softwares poderão ser licenciados pela CONCESSIONÁRIA em nome do PODER CONCEDENTE ou da CPTM ou de quem aquele indicar no momento da aquisição e/ou criação, para o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO. No caso de direito de uso e não de aquisição, a transferência do direito de uso deverá ser providenciada pela CONCESSIONÁRIA.
- 1.3. Exceto no caso de indenização cabível em função da extinção antecipada do CONTRATO, a reversão será gratuita, não havendo qualquer valor residual ou cobrança devida em favor da CONCESSIONÁRIA.
- 1.4. O custo com investimentos e outras medidas para garantir as condições adequadas de conservação e funcionamento dos bens reversíveis deverá ser amortizado e depreciado até o término do PRAZO DA CONCESSÃO, não tendo a CONCESSIONÁRIA direito à indenização por esses custos, salvo na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO.
  - 1.4.1. Independentemente da hipótese de extinção do CONTRATO, a reversão será automática por ocasião da extinção da CONCESSÃO, devendo os bens reversíveis ser revertidos em condições adequadas de operação, utilização e manutenção, bem como livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos, tributos, obrigação ou gravame, com as características e requisitos técnicos que permitam a plena operação dos SERVIÇOS.

- 1.5. Por ocasião da extinção do CONTRATO por decurso de prazo, os bens reversíveis deverão estar em condições de conservação e funcionamento de maneira que reste pelo menos 5 (cinco) anos de vida útil após o término da CONCESSÃO, com exceção do MATERIAL RODANTE.
  - 1.5.1. O MATERIAL RODANTE deverá estar com as manutenções em dia, em condições de conservação e funcionamento, mesmo que reste menos do que 5 (cinco) anos de vida útil após o término da CONCESSÃO.
  - 1.5.2. Caso a reversão dos bens reversíveis não ocorra nas condições estabelecidas, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE nos termos dispostos neste ANEXO, devendo a indenização ser calculada conforme a legislação aplicável, sem prejuízo das sanções cabíveis e da execução de eventuais seguros e da GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- 1.6. Todas as informações sobre os bens reversíveis, incluindo descrição, estado de conservação e vida útil remanescente, deverão constar do INVENTÁRIO, a ser mantido pela CONCESSIONÁRIA ao longo de toda a CONCESSÃO, o qual deverá ser entregue, ao final, ao PODER CONCEDENTE, observado o procedimento estabelecido no item 3 deste ANEXO.

## **2. DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES**

### **2.1. Edificações**

- 2.1.1. Caracterizam-se como edificações, para fins deste ANEXO, todas as estações, CCO, edifícios administrativos, COMPLEXOS DE MANUTENÇÃO, BASES DE MANUTENÇÃO, PÁTIOS DE ESTACIONAMENTO, subestações elétricas e cabines seccionadoras que constituem objeto da CONCESSÃO.
- 2.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, por meio do plano de conservação/manutenção para as edificações, garantir o cumprimento das normas vigentes, quanto às condições de segurança estrutural, funcionalidade e durabilidade das obras devolvidas e/ou transferidas.
- 2.1.3. Todas as edificações, assim como os equipamentos a elas pertinentes, deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, inclusive com as licenças de sistemas de tecnologia e informática necessárias para a operação de todos os equipamentos válidas até, no mínimo, a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.
- 2.1.4. A CONCESSIONÁRIA deverá atentar para as condições de funcionamento, manutenção e conservação de cada um dos itens abaixo discriminados, reportando-se às condições de funcionamento e operação previstas nos projetos padrão e especificações respectivas:
  - i. Estruturas: as estruturas de concreto armado e/ou metálicas deverão apresentar-se íntegras, sem fissuras, ferragens expostas, ou corrosões decorrentes de mau uso da estrutura e ausência de manutenção;

- ii. Impermeabilizações: as lajes de cobertura, reservatórios de água, reservatórios de contenção de combustíveis, solos, sanitários, vestiários, copas e demais ambientes onde se faça necessário evitar infiltrações por água ou produtos químicos deverão apresentar-se estanques;
- iii. Vedações: Alvenarias, esquadrias e guarda-corpos deverão apresentar-se íntegros, sem fissuras, trincas, corrosões, partes faltantes ou danificados, em conformidade com as normas de desempenho pertinentes;
- iv. Coberturas: não poderão apresentar problemas estruturais, deverão estar estanques, com o sistema de captação de águas pluviais plenamente operantes, sem partes faltantes e em conformidade com as normas de desempenho pertinentes;
- v. Acabamentos: forros, pisos, pinturas, revestimentos e demais acabamentos deverão apresentar-se limpos, íntegros, sem trincas e/ou fissuras e sem partes faltantes;
- vi. Instalações hidráulicas/sanitárias: os reservatórios, tubulações, registros, bombas, metais e louças sanitárias deverão apresentar-se limpos, operantes, íntegros, sem vazamentos, fissuras e trincas;
- vii. Instalações de combate a incêndio: deverão apresentar-se íntegras e operantes, em quantidade e instaladas em conformidade com projeto de rota de fuga e combate a incêndio validado pelo CBPMESP. Extintores de incêndio deverão estar dentro do prazo de validade. Deverá ser apresentada toda a documentação que comprove que as edificações possuem AVCBs ativos e cronograma de renovações;
- viii. Instalações elétricas e iluminação: compreende instalações não aparentes e aparentes, incluindo painéis de luz, quadros de controle, luminárias, lâmpadas, interruptores e espelhos. Deverão apresentar-se íntegras, operantes e sem partes ou peças faltantes;
- ix. Equipamentos mecânicos e eletromecânicos: escadas rolantes, elevadores e demais equipamentos deverão apresentar-se íntegros, operantes e com plano de manutenção atualizado;
- x. Sistema motogeradores: deverão apresentar-se íntegros, operantes e com plano de manutenção atualizado;
- xi. Equipamentos (inclusive eletrônicos): Deverão fazer parte da devolução e/ou transferência todos os equipamentos do tipo móveis e utensílios considerados necessários para o desenvolvimento dos trabalhos nas edificações citadas, no quantitativo previsto no CONTRATO, instalados e em perfeito estado de conservação;

- xii. Obras de arte: deverão apresentar-se íntegras, sem peças faltantes e permanecerem no local onde estão instaladas; e
- xiii. Paisagismo: árvores e arbustos deverão estar devidamente podados e áreas plantadas deverão estar adubadas e isentas de pragas.

## 2.2. OAE

- 2.2.1. Caracterizam-se como OAE, para fins deste ANEXO, todas as pontes, viadutos, túneis, passarelas, galerias de maior porte, pontilhões, passagens inferiores e estruturas mistas, ou não, para transposição de vias e/ou córregos e/ou rios etc., que constituem objeto da CONCESSÃO.
- 2.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, por meio do plano de conservação/manutenção para as OAE's, garantir o cumprimento das normas vigentes, quanto às condições de segurança estrutural, funcionalidade e durabilidade das obras devolvidas e/ou transferidas.
- 2.2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver e/ou transferir os bens reversíveis observando às seguintes condições mínimas:
  - i. Infiltrações: os tabuleiros deverão estar estanques, não permeando água através de sua estrutura, e a drenagem superficial na estrutura e acessos (encontros) funcionando conforme previsto em projeto;
  - ii. Fissuras: a estrutura de concreto armado e/ou protendido não deverá apresentar fissuras, decorrentes de falhas de concretagem, efeitos térmicos ou mau uso da estrutura. Como parâmetro de aceitação, as fissuras deverão se apresentar conforme previsto em projeto;
  - iii. Juntas de dilatação: deverão ser contínuas, sem falhas que possibilitem infiltrações, não poderão estar encobertas pelo pavimento, com esmagamentos ou aberturas além dos limites previstos em projeto;
  - iv. Aparelhos de apoio: aparelhos do tipo neoprene não deverão se apresentar soltos ou fora do lugar de carregamento previsto, distorcidos, fora de norma, parcialmente carregados, com frestas expostas e/ou corroídas, com camadas de neoprene abauladas, ressecadas ou revestimentos dilacerados, sem funcionalidade garantida. No caso de aparelhos metálicos, não deverá existir corrosão. Sua localização deverá estar sempre garantida principalmente em aparelhos unidirecionais e suas movimentações características deverão estar também garantidas para o seu bom funcionamento. No

caso da existência de "TEFLON", o material deverá estar em condições especificadas em projeto;

- v. Corrosão de aço: No caso de estrutura em concreto armado, protendido, metálico e/ou mista, deverá ser mantido um estado da obra que garanta o não aparecimento e evolução desta anomalia. Desta maneira, não deverá ter também armaduras expostas, cablagem sem injeção de nata e nem estruturas metálicas expostas a ambientes incompatíveis com sua natureza, incluindo obras submersas;
- vi. Limpeza sob as OAE: na região da sua projeção e dos encontros, a obra deverá estar limpa e desmatada;
- vii. Drenagem sob as OAE: qualquer poço ou veio d'água deverá estar drenado, sem prejuízo às fundações, meso, superestrutura e encontros;
- viii. Lajes de aproximação: não deverão apresentar descalçamentos, nem rotações que provoquem aberturas de juntas além das especificadas em projeto;
- ix. Os encontros não deverão permitir deslocamentos e/ou esforços na estrutura de obra, que não tenham sido previstos na sua concepção e dimensionamento;
- x. Taludes dos Encontros: todos os taludes deverão estar devidamente protegidos de forma que não descalcem peças da meso ou infraestrutura que dependam deste suporte;
- xi. Iluminação e telamentos de segurança: deverão estar íntegros e em funcionamento, conforme as disposições editalícias e contratuais;
- xii. Condições dos materiais constituintes das OAE: os materiais deverão garantir as exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e conforme as exigências técnicas do projeto estrutural específico da obra.

### 2.3. VIA PERMANENTE e REDE AÉREA DE TRAÇÃO

- 2.3.1. Toda a faixa de domínio integrante da ÁREA DE CONCESSÃO deverá estar totalmente limpa, isenta de detritos, resíduos e entulhos quando da devolução e/ou transferência dos bens.
- 2.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, nos últimos 5 (cinco) anos, apresentar anualmente à ARTESP o relatório de carro-controle, contendo posição quilométrica com registro a cada 25cm; relação do raio da curva 10.000/R; empeno da grade; superelevação; alinhamento das duas filas de trilho (esquerdo/direito); nivelamento das duas filas de trilho (esquerdo / direito); desgaste do trilho esquerdo e direito (dado em porcentagem da área, sem detalhar se é

lateral ou vertical; velocidade que a geometria da via permite; bitola; perfil do trilho; e posição (quilometro) dada pelo GPS.

2.3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver e/ou transferir os elementos da VIA PERMANENTE observando às seguintes condições mínimas:

- i. Dormentes: os dormentes deverão estar conservados, não apresentando patologias ou fissuras;
- ii. Trilhos: os trilhos deverão estar conservados e nivelados, com desgaste inferior à 25% da área do boleto, bem como atendendo aos padrões geométricos presentes em normas vigentes;
- iii. Lastro: a faixa de domínio não deverá apresentar trechos com lastro colmatado, devendo a CONCESSIONÁRIA apresentar, nos últimos 5 (cinco) anos a relação de atividades de socaria e desguarnição do lastro;
- iv. AMV's: deverão estar nivelados e alinhados, bem como atendendo aos padrões geométricos presentes em normas vigentes;
- v. Juntas de dilatação: deverão ser contínuas, sem falhas que possibilitem infiltrações, não poderão estar encobertas pelo pavimento, com esmagamentos ou aberturas além dos limites previstos em projeto;
- vi. Drenagem: os dispositivos de drenagem deverão estar desobstruídos e operacionais;
- vii. Vedação de Faixa: a vedação em muro padrão ou em gradil metálico deverá estar conservada, demarcando claramente os limites da divisa da faixa de domínio, sem aberturas, corrosões ou infiltrações.

2.3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver e/ou transferir os elementos da REDE AÉREA DE TRAÇÃO observando às seguintes condições mínimas:

- i. Condutores do cabo mensageiro, fio de contato e cabo equipotencial deverão estar conservados e operacionais, em toda a extensão das vias;
- ii. Os triângulos ou cantilêveres articulados e isolados, suspensórios e puxadores deverão estar conservados, sem sinais de corrosão, atendendo às tensões previstas em projeto.

## 2.4. Sistemas

- 2.4.1. Para a devolução e/ou transferência dos sistemas, deverão ser considerados os quantitativos em operação para o devido cumprimento aos níveis de serviços exigidos para os subsistemas previstos no CONTRATO.
  - 2.4.2. Todos os equipamentos e sistemas instalados de sinalização e controle, telecomunicações e energia referidos no ANEXO II.A e ANEXO II.C, além de outros que a CONCESSIONÁRIA venha a instalar e comissionar, deverão estar operacionais e conforme padrões de funcionalidade e normas técnicas dispostos no ANEXO II.C.
  - 2.4.3. Anualmente, durante os 5 (cinco) últimos anos de CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP planilhas contendo informações sobre as manutenções, revitalizações e trocas de componentes realizadas nos equipamentos e sistemas instalados e operacionais.
- 2.5. MATERIAL RODANTE e VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS:
- 2.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver integralmente o MATERIAL RODANTE e os VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS que compõem os BENS INTEGRANTES.
  - 2.5.2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, junto aos Relatórios de Desempenho de Engenharia previstos no ANEXO III.A, as condições da idade, quilometragem, número de falhas do tipo Nível A e Nível B, última revisão e serviços realizados e a disponibilidade de sobressalentes de cada série que compõe o MATERIAL RODANTE.
  - 2.5.3. Os VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS deverão ter vida útil mínima de 5 (cinco) anos após o término da CONCESSÃO.
  - 2.5.4. Para os VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP um Relatório de Desempenho de Engenharia no último ano da CONCESSÃO, conforme previsto no ANEXO III.A.
  - 2.5.5. As atividades de manutenção e conservação deverão estar em conformidade com os PLANOS DE MANUTENÇÃO descritos no ANEXO III.A e as diretrizes previstas no ANEXO II.F.

### **3. COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO**

- 3.1. Em até 2 (dois) anos antes do encerramento da CONCESSÃO, a ARTESP formará e supervisionará a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, composta por representantes da ARTESP, da CONCESSIONÁRIA e, se existente, da SUCESSORA, em número paritário, tendo por finalidade acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução ou transferência dos BENS INTEGRANTES estabelecidas neste ANEXO.
- 3.2. Caso, no momento da formação da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, ainda não se tenha dado início ou, embora já iniciado, não esteja concluído o processo licitatório cujo objeto inclua nova

concessão da LINHA objeto desta CONCESSÃO, a SUCESSORA será automaticamente integrada à COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO a partir da data de homologação do processo licitatório.

- 3.3. A COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO elaborará, em até 120 (cento e vinte) dias contados da sua constituição, relatório retratando a situação dos BENS INTEGRANTES, propondo à ARTESP as diretrizes para emissão do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO.
- 3.4. O TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO deve ser entregue pela ARTESP com 18 (dezoito) meses de antecedência em relação ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, descrevendo a situação dos BENS INTEGRANTES e determinando correções ou substituições, bem como indicando pessoal do PODER CONCEDENTE e/ou da SUCESSORA a ser treinado pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.5. As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pela ARTESP e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.
- 3.6. Tanto em caso de devolução ou transferência dos bens reversíveis, deverão ser observadas as regras previstas no item 1.4.1 deste ANEXO.
- 3.7. Em caso de transferência dos bens reversíveis, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO definirá a forma em que se dará a interação entre a CONCESSIONÁRIA e a SUCESSORA e a submeterá à aprovação da ARTESP.
  - 3.7.1. A cada 3 (três) meses, a partir da emissão do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá elaborar e submeter à aprovação da ARTESP o relatório parcial de execução dos trabalhos desenvolvidos, atestando a situação dos BENS INTEGRANTES e verificando o endereçamento das correções e substituições determinadas pela ARTESP no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO.
  - 3.7.2. Os relatórios deverão também indicar a situação de eventual degradação dos demais bens reversíveis no período avaliado, devendo a CONCESSIONÁRIA adotar todas as providências necessárias para mantê-los em bom estado de uso, observadas as diretrizes deste ANEXO, com compartilhamento de informação constante com a ARTESP. Caso os relatórios indiquem necessidade de realização de ajustes, o trâmite indicado nos itens acima deve ser repetido.
  - 3.7.3. Com 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao término da CONCESSÃO, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá entregar seu relatório final, descrevendo, em detalhes, as datas de vistorias e reuniões realizadas, atas, todas as não conformidades identificadas e corrigidas ao longo dos trabalhos da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, bem como outras informações consideradas relevantes, com um parecer final quanto ao cumprimento das condições de devolução previstas neste ANEXO.
  - 3.7.4. Recebido os relatórios produzidos no âmbito deste ANEXO, a ARTESP deverá instaurar processo administrativo para análise quanto ao seu conteúdo.

- 3.8. Entre o período de entrega do relatório a que se refere o item 3.7.1 e o prazo de 2 (dois) meses posteriores ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, a ARTESP emitirá TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO. Se dentro desse período for verificado o atendimento a todos os requisitos previstos neste ANEXO em relação ao estado dos bens reversíveis, o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO informará a regularidade e autorizará a liberação da GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- 3.9. Caso a ARTESP, no prazo estabelecido no item 3.7.3, conclua que a CONCESSIONÁRIA não cumpriu as condições deste ANEXO em relação ao estado dos BENS INTEGRANTES, o PODER CONCEDENTE deverá ser indenizado e poderá acionar a GARANTIA DE EXECUÇÃO fornecida pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.9.1. Em caso de transferência dos bens reversíveis, na hipótese em que tenha sido atribuída à SUCESSORA a responsabilidade pela correção de falhas, a indenização devida pela CONCESSIONÁRIA será paga à SUCESSORA e mensurada mediante instauração de processo administrativo próprio, no âmbito do qual a CONCESSIONÁRIA poderá se manifestar.

#### **4. RECEBIMENTO**

- 4.1. Com 3 (três) anos de antecedência ao termo contratual, ou imediatamente, no caso de extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter à aprovação da ARTESP o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, que deverá prever o procedimento pelo qual será realizada a desmobilização e devida reversão dos BENS INTEGRANTES, sem que ocorra qualquer interrupção na prestação dos serviços.
- 4.2. Anteriormente ao encaminhamento do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO à ARTESP, a CONCESSIONÁRIA deverá submetê-lo para APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE, que deverá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, verificar a sua adequação aos requisitos contidos no item 4.4.
- 4.3. Caso o AUDITOR INDEPENDENTE entenda pela inadequação do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias para retificá-lo, conforme diretrizes determinadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE, devendo encaminhá-lo à ARTESP.
- 4.4. Deverão estar previstos no PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, no mínimo:
- 4.4.1. Forma de reversão dos BENS INTEGRANTES;
- 4.4.2. Estado de conservação e manutenção dos BENS INTEGRANTES, com laudos e relatórios técnicos, emitidos por profissional habilitado;
- 4.4.3. Estado de depreciação dos BENS INTEGRANTES;

- 4.4.4. Medidas de manutenção, reparações e substituições, a serem realizadas até o termo final do CONTRATO, a fim de assegurar condições adequadas para a reversão dos bens;
  - 4.4.5. Forma de substituição dos funcionários da CONCESSIONÁRIA pelos servidores do PODER CONCEDENTE e/ou da SUCESSORA; e
  - 4.4.6. Período e forma de capacitação dos servidores do PODER CONCEDENTE e/ou da SUCESSORA que venham a assumir os SERVIÇOS.
- 4.5. A omissão da CONCESSIONÁRIA na apresentação do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO será considerada infração grave, ensejando aplicação à CONCESSIONÁRIA das penalidades cabíveis.

## **5. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DA COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO**

- 5.1. Em caso de discordância ou divergência na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO sobre a necessidade de correções ou sobre o descumprimento de alguma das condições mínimas previstas neste ANEXO, o membro insatisfeito deverá manifestar seu inconformismo, por escrito e fundamentadamente à ARTESP, com cópia para os demais membros, em até 15 (quinze) dias do ato questionado, instruída com as alternativas de solução aos pontos impugnados ou ressalvados, com estimativa de custos, se for o caso. Os demais membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO poderão manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva ciência do inconformismo.
- 5.2. As manifestações apresentadas serão analisadas pela ARTESP em até 15 (quinze) dias úteis, contados de seu recebimento.
- 5.2.1. A validação, pela ARTESP, dos trabalhos da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, implica a plena aceitação, pela CONCESSIONÁRIA e pela SUCESSORA, das condições da LINHA 16, sendo que qualquer ônus em que a SUCESSORA venha a incorrer em razão de vícios imprevisíveis e não resultantes de culpa ou dolo dos membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá ser tratado conforme disposição contratual da futura concessão.

## **6. TRANSIÇÃO**

- 6.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a garantia da continuidade da operação da LINHA 16, bem como para a boa operacionalização de sua transição ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA:
- 6.1.1. Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO, incluindo histórico e projeto de todas as intervenções realizadas na LINHA 16 ao longo de toda a CONCESSÃO, cadastro de elementos viários, cadastro de ACESSOS e cadastro da faixa de domínio e demais documentos solicitados pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO ou pela agência reguladora competente;

- 6.1.2. Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- 6.1.3. Disponibilizar demais informações sobre a operação da LINHA 16;
- 6.1.4. Cooperar com a SUCESSORA e com a ARTESP para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
- 6.1.5. Permitir o acompanhamento da operação da LINHA 16 e as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pela SUCESSORA;
- 6.1.6. Adotar as medidas necessárias para transferência de titularidade das LICENÇAS AMBIENTAIS e das demais obrigações ambientais da CONCESSIONÁRIA;
- 6.1.7. Promover o treinamento de empregados da SUCESSORA relativamente à operação da LINHA 16;
- 6.1.8. Colaborar com a SUCESSORA na elaboração de eventuais relatórios requeridos no processo de transição;
- 6.1.9. Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pela SUCESSORA;
- 6.1.10. Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho da SUCESSORA, nesse período;
- 6.1.11. Auxiliar no planejamento do quadro de funcionários;
- 6.1.12. Interagir com a SUCESSORA e demais atores e agentes envolvidos na operação da LINHA 16, permitindo que a SUCESSORA, nos últimos 3 (três) meses anteriores ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, aloque seu pessoal no acompanhamento da operação da LINHA 16 a fim de que se familiarizem com o objeto da CONCESSÃO.
- 6.1.13. Colaborar das demais formas indicadas pela ARTESP.